

Acordo contra a inflação divide centrais sindicais

por Célia Roseblum
de São Paulo

As duas maiores centrais sindicais do País — Central Única dos Trabalhadores (CUT) e Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) — têm posições divergentes em relação à necessidade de um acordo para conter a inflação e garantir a transição democrática. A CGT defende a participação dos trabalhadores em um entendimento com governo, empresários e políticos. A CUT é contra qualquer tipo de pacto.

“A situação é muito delicada. Não podemos nos caracterizar como parte envolvida na administração de um fato que não é causado por nós. Os trabalhadores são muito afetados pela inflação. Mas não podemos ser chamados apenas para administrar os efeitos”, analisa Gilmar Carneiro dos Santos, secretário-geral da CUT.

Mas, para o presidente da CGT, Antônio Rogério Magri, é justamente pelo fato de ser um dos mais afetados pela inflação que o trabalhador deve elaborar alternativas para garantir seu poder de compra. “O movimento sindical tem que pensar em alguma coisa. Se não encontrarmos uma forma de barrar a inflação, todo acordo, por melhor que seja, não tem repercussão, os ganhos se perdem rapidamente”, analisa.

A partir de hoje, Magri inicia uma consulta a diretores da CGT sobre a possibilidade da central organizar um encontro do movimento sindical para deba-



Gilmar Carneiro

ter a situação política e econômica. “Temos que estudar um caminho”, diz. Assim como a CUT, a CGT ainda não foi formalmente convidada a participar de um entendimento.

“Arrancar 30% de qualquer patrão não é fácil. E logo no mês seguinte a inflação come tudo. Precisamos de uma solução política”, diz Magri.

Para o secretário-geral da CUT, o controle da inflação depende da definição política que será imprimida a cinco variáveis: preços, câmbio, salários, juros e dívida externa. Mas ressalta que a CUT — que tem 1,4 mil sindicatos filiados — está mais preocupada no momento em “garantir a sobrevivência dos trabalhadores”. E justifica: “Isso é mais importante do que entrar no jogo de suposta defesa da democracia. A discussão dos salários também é parte do